



## Nós e a Imprensa Regional

### ANTES DO 25 DE ABRIL

Durante longos anos, Portugal foi «governado» por uma minoria que, à força de vários expedientes mais ou menos semelhantes e interligados, visava, como fim último a manutenção de uma ditadura do medo e o embrutecimento progressivo da população, condição essencial para a implantação e conservação do «statu quo».

O grupo dominante, além da PIDE, da LP e da Polícia de Choque, tinha outros acólitos, aparentemente menos violentos mas intrinsecamente cruéis por visarem a «domesticação», não do corpo e das acções físicas, mas do espírito e da liberdade de pensar: os meios de comunicação. Dentre eles, e como dizendo mais respeito ao nosso caso, debruçemo-nos um pouco sobre o problema da Imprensa.

Toda a Imprensa pré-25 de Abril estava, como sabemos, espartilhada e condenada a um imobilismo de acção por um voraz aparelho censório ou «previamente examinador», como queiramos. Os lápis dos censores, ao menor sinal de «rebelião contra o poder instituído», cortavam, pura e simplesmente, esse «tumor» que, segundo esses senhores não se poderia transformar em «cancro» que minasse «a saúde de a Nação». Nação de saúde podre, como se viu após a «Operação 25 de Abril».

Se, para alguns (poucos) jornais, a Censura intervinha frequentemente, para outros tal não era necessário dado que esses eram feudo de pessoas altamente comprometidas com o regime e que, obviamente, não iriam criticar ou pôr em causa teorias ou actos com que concordavam e que punham em prática.

No caso específico da Imprensa Regional, constatamos que a sua grande maioria estava inserida no segundo caso acima apontado: assim, certos ditadorzinhos de aldeia entoavam, em coro bem orquestrado, cânticos de louvor ao «venerando», ao «preclaro», a «Sua Excelência». A esses «meninos de coro» cabia a campanha de vacinação do soro pútrido e pestilento, transplantado do podre e viciado corpo do aparelho estatal. Alguns desses pasquins nem precisavam de exame prévio — referimo-nos a certos Boletins Paroquiais; segundo José Oliveira Barata, na revista «Vértice», «se a coisa vinha do Senhor Pároco era porque era boa e, portanto, não precisava de ser submetida ao visto civil o que era, ou pretendia ser, palavra de Deus... em letra de Imprensa.» Por vezes, porém, a autoridade eclesiástica, cheia de boa-vontade em estar de bem, e «a bem da Nação» com o Governo, tinha de intervir porque alguns Párocos até cumpriam a sua verdadeira missão.

É evidente que nem toda a Imprensa Regional afinava pelo mesmo diapasão: órgãos havia, cuja linha de acção era diferente; esses, porém, eram amputados, violentados e mesmo eliminados, «por professarem ideias subversivas». Deste modo, o Estado fascista tinha um controlo efectivo da informação escrita; mantendo o Povo informado daquilo que a ele, Estado, convinha, e praticando, efectivamente, autênticos crimes contra o pensamento e a opinião pública, que deverão fazer parte do seu processo. Mas, felizmente, é certo que «não há machado que corte a raiz ao Pensamento...»

### DEPOIS DO 25 DE ABRIL

Com o advento do movimento libertador do 25 de Abril, o Povo ganhou um direito que nunca deveria ter perdido: o direito à livre informação. Concomitantemente, inicia-se o processo de democratização de um País que durante anos não podia levantar a cabeça e olhar em frente sem que lhe caísse em cima todo o aparelho repressivo do Estado. A Imprensa ganha novos horizontes, vê substancialmente alargada a sua missão, vendo também aumentarem as suas responsabilidades em relação à população. Mais do que nunca, o País tem de ser informado: os meios reacçãoários diariamente vomitam boatos e calúnias, que outro fim não têm senão semear, o mais profusamente possível, um certo tipo de confusão de que esses senhores bem se saberiam aproveitar. Ora, a missão da Imprensa deverá ser, fundamentalmente, isenta, precisa e verdadeira. Deverá ser... mas em certos casos, não é!

Concretamente o mal perdura: certa Imprensa Regional ficou atolada no pântano da mentira fascista e aí continua a chafurdar até que, definitivamente, seja afogada na lama e tenha uma morte tão suja e repugnante como foi a sua vida. Um exemplo breve e flagrante: nas vésperas do 28 de Setembro, certas folhecas regionais embandeiraram em arco, apoiando a «maioria silenciosa» (leia-se «minorias sediciosas»). Infelizmente, para esses «Bandarras» anti-democráticos, o Povo alcançou uma grande e significativa vitória sobre as víboras silenciosas!

«A Imprensa Regional está dependente de vários factores: ou de certo clero reacçãoário; ou de caciquismo político, em zonas mais politizadas.» — Serafim Gomes, médico, por nós abordado a este respeito.

De facto, certos Párocos de aldeia, entricheirados atrás dos seus Boletins Paroquiais resistem tenazmente, difamando e caluniando, deturpando as verdades e atacando muitas vezes sob formas melífluas e eivadas de uma pretensa «pureza de intenções», que mais não é do que capa de açúcar a um bolo amargo.

Os «Cavaleiros», os «Mensageiros», e as «Vozes», berram num estor de agonia e ódio, clamando pela presença de «elementos centristas no Governo». O que são, para esses cavaleiros, «elementos centristas»? Serão, possivelmente, aqueles que melhor conseguirão salvaguardar os antigos privilégios e benesses com que esses ditadorzinhos de aldeia e (ou) de púlpito eram bastamente contemplados?

(Continua na pág. 2)

## UMA FEIRA DO LIVRO?

«Se um homem te pede um peixe, não lho dês; dá-lhe uma cana de pesca e ensina-o a pescar» — diz o provérbio. Se assim for, o homem não só terá sempre peixe, como poderá obtê-lo por seus próprios meios. Aprende a conquistar o peixe e conseguiu-lo-á por toda a vida sem ter de o mendigar. Além de não ter mais fome, o homem poderá recuperar a sua dignidade.

Por estranho que pareça, tudo isto vem a propósito de livros. De livros e de cultura. Falando-se em cultura, pensa-se no livro, no estudo, no lindo teatro, no cinema, nos museus e exposições. Coisas para «os outros» diz o povo. Porque o povo tem fome. Quer pão. E é muito grave dar-lhe lindo teatro ou melados folhetins radiofónicos para digerir e esquecer que tem fome. Por tudo isto se tem dito que, antes de dar cultura ao povo, é preciso dar-lhe pão. Mas só será assim se cultura for o que tem sido desde há demasiado tempo.

Cultura é outra coisa. Hoje, aqui, terá que ser outra coisa. Mas terá que existir. Não aquela cultura bonita, separada da realidade quotidiana, cultura feita de mentiras, de mundos maravilhosos que não existem, cultura que aliena e, portanto, que oprime. É caso para dizer que agora «a cultura é outra». Ou terá que ser. A cultura verdadeira mostra a vida as situações de miséria, os conflitos, os problemas que não se podem esconder. Essa cultura autêntica não só mostra mas leva à reflexão, ao diálogo e ao trabalho. Sugere caminhos de acção, tenta levar as pessoas a descobrir os melhores meios de luta. Assim, cultura passa pela economia, pela política.

Vamos então ao livro. O livro é, ou pode ser, um desses veículos de cultura. E neste momento particular da vida portuguesa pode ter função importante.

Voltemos ao provérbio dos peixes. «Não lhes dês um peixe; dá-lhe uma cana e ensina-o a pescar. Como disse, o povo tem fome e quer pão. E o livro não é pão. Mas também a cana de pesca não é peixe e, entretanto, ajuda a consegui-lo. Assim o livro. Não se come, mas pode ensinar um pouco como conseguir o pão. Pode ensinar um pouco, umas vezes mais, outras vezes menos. É porquê? Porque os conhecimentos teóricos podem ser bom auxílio para compreender a realidade que nos cerca e levar à prática; porque a experiên-

(Continua na pág. 2)

FIM DE SEMANA

. 87

Tem corrido ultimamente muita tinta e tem-se feito basto dispêndio de palavras sobre vários assuntos.

Um foi o caso do Juiz de Instrução Criminal de Lisboa que libertou sob caução três financeiros presos por ordem do Governo pelas Forças Armadas e pôs em liberdade dois outros.

Não se irá aprofundar o assunto, dados os termos em que se encontra e o recurso da decisão do magistrado interposta pelo Ministério Público.

Embora se viva num período de legalidade revolucionária, que tornaria legítimos todos os actos que tivessem em vista a defesa da realização do programa do M. F. A., talvez não seja curial pretender fazer tábua rasa do direito estabelecido. O que urgia é modificar esse direito, revogar legislação, publicando outra, que permita legitimar os actos praticados dentro desses objectivos revolucionários. (Note-se que ao falar aqui de revolução não se usa a palavra no sentido de revolta armada, mas de transformação profunda dos princípios sociais, políticos e económicos que nos têm regido.)

Em face do direito constituído, a prisão de qualquer pessoa apenas é legítima quando se verificarem determinados circunstancialismos fixados na lei.

Para poder agir-se conforme agiu quem ordenou as prisões, é preciso (e urgente) que se crie direito que o permita.

Essa a posição tomada publicamente pela Comissão Coordenadora do M. F. A. e a Associação Sindical dos Magistrados Portugueses.

Ignoramos os factos concretos para podermos ter opinião sobre a correcção da decisão judicial em causa; a nota do Procurador Geral da República, justificando a ordem que dera para ser interposto recurso do despacho, talvez deixe transparecer que no parecer dele — e estamos perante um Juiz distinto — havia razão para manter as prisões sem caução. Mas, quer por que não são (nem podem ser para já) do domínio público as características concretas do caso, quer por que não é curial discutir uma decisão judicial não definitiva, pois foi impugnada pela via do recurso, deixemos o comentário da situação para altura oportuna.

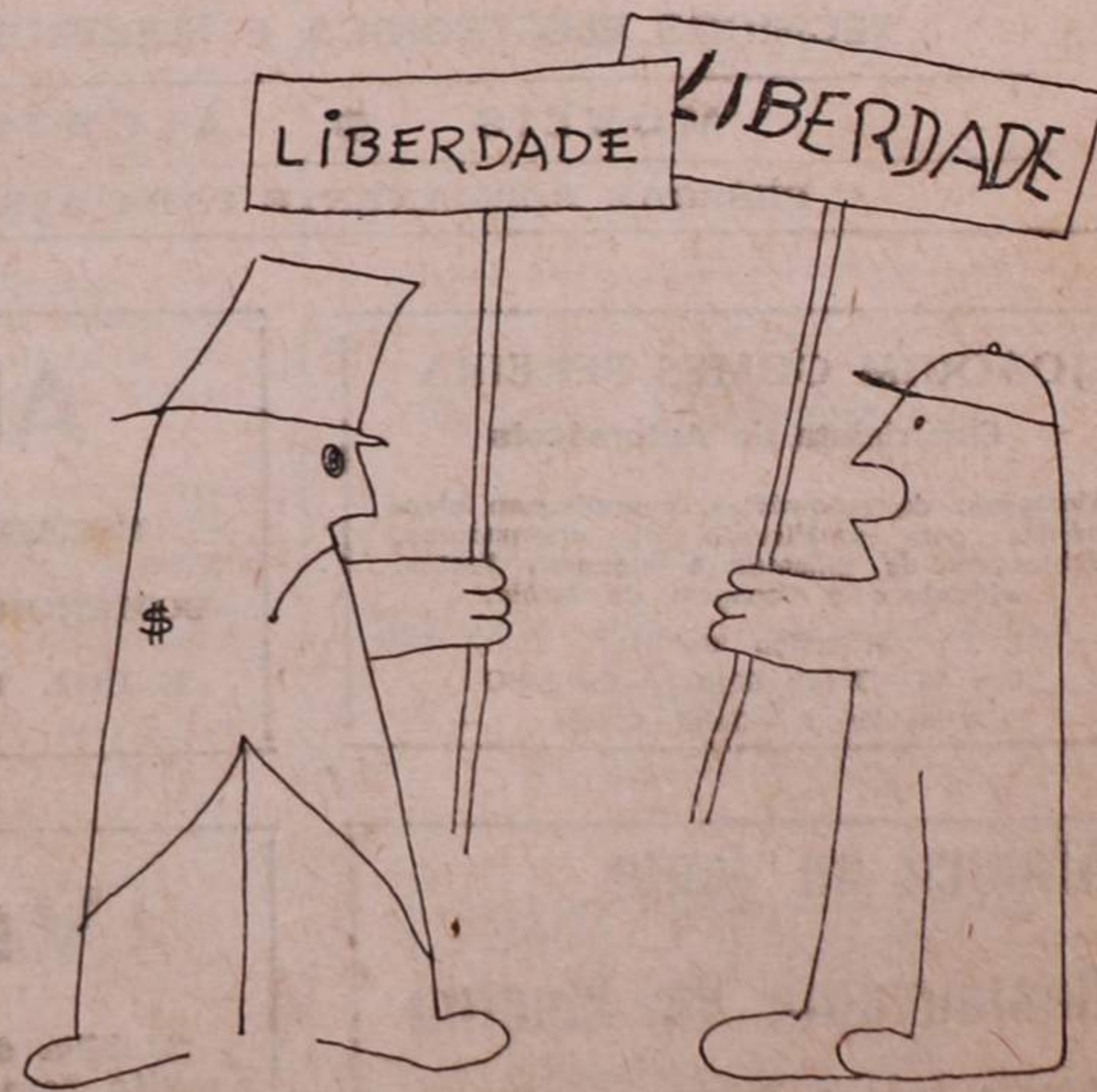
(Continua na pág. 2)

GREVE NA  
CETAP

Pág. 4


URBANISMO  
EM  
ESPINHO

Pág. 5



SERÁ QUE FALAMOS DO MESMO?





**DEFESA DE ESPINHO**

SEMANÁRIO

FUNDADOR  
BENJAMIM COSTA DIAS

ADMINISTRADOR E CHEFE  
DE REDACÇÃO  
ANTONIO GAIO

REDACÇÃO

ARMÉNIO GOMES  
CARLOS PINHEIRO MORAIS  
JOAO QUINTA

PROPRIEDADE

EMPES — EMPRESA  
DE PUBLICIDADE  
DE ESPINHO, LDA.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Oficinas gráficas da  
CASA NUN'ALVARES  
Rua de Santa Catarina, 630  
PORTO

## FIM DE SEMANA • 87

(Conclusão da 1.ª página)

O que é muito estranho é um facto em que se não tem reparado.

Os detidos pelo Copcon, depois das autoridades militares verificarem que não era da sua competência a apreciação das possíveis infracções praticadas pelos detidos, cumprindo a lei, apresentaram-nos ao Poder Judicial.

Ora o Juiz em causa, com base nos indícios de culpa já investigados pela Polícia Judiciária, manteve uma prisão sem admissão de caução, e admitiu caução de 2 000 contos a três detidos. Não recordamos que em tribunais portugueses fosse arbitrada tão elevada caução, o que demonstra a extrema gravidade dos indícios obtidos. Quanto a dois outros, porque não havia quaisquer diligências daquela Polícia sobre a sua actividade, mas um simples inquérito de um departamento governamental, que não faz fé em juízo, libertou-os.

Logo, fica-se a saber que, quanto a 4 deles (e certamente quanto aos outros três a quem outro Juiz daquele Tribunal manteve a prisão sem admissão de caução) havia já pendente contra eles uma instrução preparatória que recolhera indícios tão graves que se justificava a sua detenção.

E, incompreensivelmente, nem a Polícia os detivera nem o fizera qualquer Juiz de Instrução Criminal, se porventura eles já tivessem sido apresentados a qualquer um.

Isto é que surpreende.

Por isso bem andaram Governo e M. F. A. sobrepondo-se ao Poder Judicial. Aqui já se justificam os actos, aparentemente arbitrários, em nome dessa legalidade revolucionária, para pôr cobro à brandura dos investigadores — pois que, excepto em dois casos, o Poder Judicial reconheceu mesmo que estavam certos...

E com essas branduras que um certo já foi libertado com a condição de não sair do país e, mais tarde, autorizado a ausentar-se por 90 dias em Espanha, se safou dali para o Brasil, ao que se lê. Um que foi autorizado a fixar-se no estrangeiro há meses e agora é que vêm os processos de inquérito. E que outro do grupo daqueles financeiros, mais avisado e menos confiante que os parceiros, já fora residir para outro país. E agora passem-lhes mandados de captura que não de lucrar muito com isso e eles, então, não-de afligir-se imenso a rir-se às gargalhadas (bem merecidas) dos ingénios que acreditaram na sua boa fé...

Após dez meses do movimento militar quase nada legalmente se fez para permitir actuações do poder rápidas, eficientes e úteis.

E mais que tempo de fazê-lo e já é mesmo tarde.

15-1-75

VASCO LUIS

# NÓS E A IMPRENSA REGIONAL

(Conclusão da 1.ª página)

Manuel Henrique Castro, a quem pedimos uma opinião, afirma: «Certa imprensa religiosa, ou controlada por religiosos é marcadamente reaccionária e anti-comunista. Consegue-o, através de uma literatura em que põe a Religião como factor irreconciliável com a democratização em Portugal. Até certo ponto, poderemos compreender essas atitudes, pois esses figurões perderiam grande parte dos direitos que, sobretudo na provincia tinham, à maneira de modernos senhores feudais.»

É, de facto, o «feudalismo» do nosso interior que está na base dessas atitudes. O «feudalismo» já desesperado pela perspectiva de uma sociedade mais justa. O «feudalismo» acumulado através de longos anos, e salvaguardado através dos pasquins em que esses «figurões» são eminências (pardas ou claras).

Usando uma expressão hoje corrente, poderemos dizer que certa Imprensa Regional necessita, urgentemente, de saneamento. Esta é a opinião de José António Pinto, escriturário, também por nós ouvido: «A Imprensa Regional está impregnada de reaccionários sendo necessário o saneamento, tanto na parte administrativa, como redactorial.»

Esse saneamento é, pois, urgente. Saneamento de pessoas e de ideias. O segundo poderá ser, e será, por certo, consequência do primeiro.

Ideias... quais? Em certos «jornais», fundamentalmente o anti-comunismo. Certos escrevinhadores aldeãos aprenderam bem, e mostram-se relutantes em pôr de parte as teses salazaristas-caetanistas; vai daí, falam em injeções atrás das orelhas para matar as pessoas idosas, e fazem da sua prosa autênticas exposições de parvoíces e monumentais cretinices que, em meios mais ou menos esclarecidos, só poderiam arrancar uma boa gargalhada. Porém, o perigo existe: é que, no interior, as pessoas não por culpa própria mas devido ao ostracismo e obscurantismo a que sempre foram votadas, são presas fáceis para esses lobos de dentes aguçados que, semanal ou quinzenalmente, descem ao «povoado» para saciar o seu apetite fascista. Daí a necessidade de uma batida bem organizada que silencie para sempre essas feras uivantes.

Como sabemos, o próprio Bispo do Porto condenou tais atitudes, considerando-as «desleais». Poderemos mesmo ir mais longe: não só são desleais, como são uma tentativa de entrave à democratização do País, e, como tal, contrárias à vontade dum Povo que, esgotado, saiu da dominação de um regime opressivo e desumano e quer agora, conscientemente, viver liberdade!

É evidente que nem toda a Imprensa Regional age assim. Parte dela cumpre cabalmente a sua missão, actuando de acordo com o que deve ser o seu verdadeiro papel. Vejamos, pois,

## O QUE DEVE SER A IMPRENSA REGIONAL?

J. A. Pinto: «Além de especificar assuntos propriamente locais, deverá estender-se a nível mais geral (económico, político, etc.), colaborando mais activamente no esclarecimento das pessoas.»

Esclarecer as pessoas. Desmistificar. É, também, a opinião de S. Gomes: «Penso que a Imprensa Regional deve ter um papel informativo a nível local, e de desmistificação, independentemente de qualquer orientação partidária.»

A isenção partidária. Permissa importante para uma informação que se quer objectiva e isenta. Apartidária, mas não apolítica. Já lá vai felizmente, o tempo em que «eles» diziam que a política era para os governantes. Hoje a politização é importante, fundamental para o processo democrático. Novamente S. Gomes: «Sugiro que a Imprensa Regional divulgue, neste período pré-eleitoral, os pontos mais importantes dos programas dos Partidos, em traços simples e sem os distorcer.»

É incontestável a importância que, a curto prazo, no período eleitoral, a Imprensa Regional poderá ter no esclarecimento público, no levar as pessoas a encararem as eleições como um facto absolutamente normal dentro duma sociedade democrática, no mostrar a importância de que se reveste o voto livre, princípio de uma escolha livre.

De igual modo, é incontroversa a necessidade de independência interna. J. A. Pinto pronuncia-se «pela abolição total da censura interna, quer da parte de elementos reaccionários, quer mesmo da parte de certos elementos progressistas que pretendem, sob ideologias partidárias, boicotar trabalhos que sejam contrários às suas ideias pessoais.»

Independência. Condição primeira da Informação. Mais... da Vida! Assim queremos nós ser. Assim, nós, «D. E.», queremos contribuir, dentro do possível para a construção de um País Novo e Livre. Começamos hoje animados pela firme intenção de lutar pela Democracia Portuguesa, pela esperança de levar aos nossos leitores fora do País a verdade sobre o que se passa no Portugal de hoje. Para que não sejam «desinformados» por pessoas que querem o retorno à escravidão humana, à Noite em que, durante 40 anos de fascismo nos vimos forçados a tactear até encontrarmos a Porta conducente à Liberdade.

N. B.

# UMA FEIRA DO LIVRO?

(Continuação da 1.ª pág.ª)

cia dos outros, de como lutaram e conseguiram o seu pão, pode ajudar-nos a descobrir melhor os nossos caminhos; porque a consciência política e a participação na vida pública exigem, hoje mais do que nunca, reflexão e debate sobre muitas questões. Tudo isto é relativo, claro. O livro pode ser um meio útil, pode ajudar em certa medida, maior ou menor. Não dá o pão mas pode ajudar as pessoas a irem descobrindo melhor onde e como conquistar esse «pão».

A Secção Cultural da A. A. E., dentro da sua actividade a favor de uma cultura progressista e popular, vai promover uma FEIRA DO LIVRO nas 3 primeiras semanas de Fevereiro. Para essa Feira houve a preocupação de escolher, dentro das possibilidades concedidas pelas Editoras, livros acessíveis, quer quanto ao conteúdo, quer quanto ao preço. Lá se encontrarão, com

20 por cento de desconto, alguns títulos sobre política, teatro, poesia, educação, literatura infantil e romance, além de «posters». Mas não será uma realização exclusivamente para venda de livros. A par dela, um conjunto de realizações (teatro, mesas-redondas, colóquios recitais), vai tentar dar contexto a esta oportunidade de difusão do livro. Além disso, serão distribuídos alguns textos que ajudem à reflexão sobre os temas expostos. A Secção Cultural, mais do que vender livros, deseja que esta seja uma boa oportunidade de mostrar o livro a todas as pessoas, o livro acessível e seleccionado com algum critério, e constitua um tempo de reflexão e diálogo sobre assuntos relacionados com a cultura e de importância no momento presente.

Secção Cultural da A. A. E.

## TELE-ROCHA

Rua 31 n.º 469  
Telef. 920325-977

Importador Electrodomésticos EDESA

BOSCH — KREFFT — ARISTON

RÁDIO E T.V.: BLAUPUNKT — LOEWE-OPTA

INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS

CANALIZAÇÕES

CARTUCHOS COM MÚSICA 80\$00

CASSETES COM MÚSICA 60\$00

TÉCNICOS ELECTRONICA E ELECTRODOMÉSTICOS

MÓVEIS ● ALCATIFAS

PESSOAL PERMANENTE PARA ASSISTENCIA

JOAQUIM GOMES PEREIRA

Electricista de Automóveis

Montagem de auto-rádios, aparelhagem electrónica para verificação de alternadores, Bobinagem de dinamos e motores, Testes, eléctricos e Focagem de faróis.

(Serviço Mobil)

Rua 15 — Telef. 921900 — ESPINHO  
Residência — Telef. 964194

## Aluga-se

ESTABELECIMENTO PARA

COMÉRCIO NA RUA 24 N.º 1001

E 1011. TELEFONE N.º 921418

## Vende-se

Mobiliária de Sala de Jantar em muito bom estado. Pode ser vista todos os dias na

Rua 25 n.º 468 — ESPINHO

Almoce ou jante

no  
Restaurante da Piscina

Aberto todo o Inverno — Preços especiais para Banquetes até 300 pessoas — Serviço permanentes até às 24 horas — Telef. 920153



# NOTÍCIAS DA CIDADE

# Agenda

## PROFESSORES EM REUNIÃO

Os professores primários realizaram na passada sexta-feira, 6, no salão da Piscina, uma reunião magna para debater assuntos do maior interesse para a classe. Chegou a abordar-se o caso do pluralismo ou unicidade sindical que depois foi considerado ultrapassado por ser conhecida já a vontade da maioria dos trabalhadores portugueses. Houve animados debates sobre os diversos assuntos versados, tomando-se importantes decisões de âmbito concelhio e sindical.

## UM FOI; OUTRO VEIO

O que foi pertence a Domingos António da Rocha, residente na rua 5, n.º 295. Sobre as placas negras da frente e da retaguarda tinha a branco a matrícula LF-77-64. Estacionado frente à moradia do proprietário, dali desapareceu depois de uma hora de 16 para 17 de Janeiro. A devida queixa foi apresentada na Secção local da P. S. P. Felizmente veio a ser localizado em Braga no dia 18.

O que veio, e ao qual a Conservatória do Registo de Automóveis havia posto a identificação MT-69-52, foi encontrado abandonado em Espinho, e um agente da P. S. P. conduziu-o para junto da sua Esquadra, no dia 21. Pertence a Alfredo Manuel da Cunha Rosas, residente na rua Oliveira Lobo, n.º 555, em Soutelo, Rio Tinto, a quem será entregue.



### AGRADECIMENTO

#### CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA LEMOS

Maria Celeste de Sá Figueiredo agradece por este meio a todas as pessoas que, por qualquer modo, quiseram manifestar-lhe a sua amizade no momento doloroso do falecimento de seu marido e participa que a missa do 30.º Dia será rezada na Igreja Matriz pelas 19,30 horas da próxima quarta-feira, 29 de Janeiro.

## Passa-se

Casa de Pasto

«A FIDALGUINHA DA MATA»  
Avenida S. João de Deus  
ESPINHO

## Passa-se

Próprio para qualquer ramo  
2 pisos — 18 x 6 — c/ q. de banho  
Avenida 8 n.º 1096 — Local Privilegiado. Falar com H. Leite —  
Rua 28 n.º 1018

## ACIDENTES EM PASSAGENS DE NÍVEL

No passado dia 17, cerca das 23 horas, uma furgoneta que atravessava a passagem de nível da rua 33 já com o sinal luminoso a funcionar foi colhida por uma locomotiva em manobras. Um seu ocupante, Diamantino Aurélio da Silva Fortuna, de 26 anos, solteiro, empregado comercial, residente na rua 30, sofreu ferimentos de certa gravidade, que levaram a conduzi-lo ao Hospital de Santo António, em cuja Sala de Observações deu entrada.

No passado sábado, 19, desta vez na passagem de nível da rua 23, outro acidente se deu, este de consequências mais graves. Sem os devidos cuidados, Gualter Henrique de Pinho Viseu, de 35 anos, pintor, residente na rua 28, n.º 496, resolveu atravessar aquela passagem e foi trucidado pelo comboio cimenteiro, sendo o seu corpo retirado do local só duas horas depois, quando as formalidades legais foram cumpridas.

## Centro de Enfermagem de Espinho

Todos os serviços de enfermagem oxigénio, camas articuladas, etc.

Ambulâncias com oxigénio para transporte de doentes

Horário das 9 às 12 e das 14 às 20 h.

Telef. 921587 (das 9 às 20 h.)

Telefone de urgência 922329

Rua 16 n.º 868 — ESPINHO

## SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ESPINHO

### INTERRUPÇÃO DE CORRENTE

Avisam-se os senhores consumidores de energia eléctrica que no próximo domingo, dia 26 de Janeiro, por motivo de trabalhos urgentes, haverá interrupção de corrente das 9 às 12 horas à nascente da Avenida 24 e a sul da Rua 11, no Posto de Transformação n.º 1, na sede dos Serviços Municipalizados.

E, no entanto, conveniente considerar as respectivas instalações em tensão.

Espinho, 22 de Janeiro, de 1975.

A DIRECÇÃO

### COMÍCIO

Na próxima 4.ª-feira, pelas 21,45 horas, realiza-se no Teatro S. Pedro, uma reunião política do PARTIDO DE UNIDADE POPULAR.

### DO HOSPITAL

#### MOVIMENTO de 14-1-75 a 21-1-75

Internamentos Gerais	42
Exames Radiográficos	172
Crianças nascidas	22

#### Intervenções Cirúrgicas

Urologia	3
Ortopedia	2
Oftalmologia	1
Cirurgia Geral	12
Otorrino	8
Obstetrícia	1

#### Serviço de urgência

Homens	191
Mulheres	208

#### Internados entre outros

Maria Rosa de Sousa Marques Borges, de Arcozelo, para Obstetrícia.

## Cartório Notarial de Espinho

A cargo da notária Licenciada Maria Fernanda de Vasconcelos de Aguiar da Fonseca e Castro:

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 7 de Janeiro de 1975, lavrada de folhas 74 a 75 verso do livro de notas para escrituras diversas B-Número 39 deste cartório notarial de Espinho, JOSÉ ANTÓNIO GONÇALVES PADEIRO e MARIA DA CONCEIÇÃO VALENTE GONÇALVES MOURA, ambos casados e residentes nesta cidade de Espinho, ele na Rua Quarenta e Um, e ela na Rua Vinte e Nove, 103, constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que s regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a firma de «GONÇALVES & IRMA, LIMITADA», e tem a sua sede e estabelecimento na Rua Oito, número 685, desta cidade, freguesia e concelho de Espinho, e a sua duração é por tempo indeterminado.

Parágrafo único — Por simples deliberação da assembleia geral, a sede social poderá ser deslocada dentro da mesma localidade.

Segundo — O seu objecto é o comércio de artigos de vestuário para homem, senhora e criança, calçado para criança e brinquedos, podendo entretanto dedicar-se a outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem e seja permitida por lei.

Terceiro — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 180 000\$00 e corresponde à soma das quotas dos sócios do seguinte modo: José António Gonçalves Padeiro, com uma quota de 90 000\$00; e Maria da Conceição Valente Gonçalves Moura, com uma quota de 90 000\$00.

Quarto — Não são exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer suprimentos à sociedade, mediante as condições estabelecidas por deliberação a tomar em assembleia geral.

Quinto — A cessão de quotas a estranhos, depende do consentimento do sócio não cedente.

Sexto — A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, compete a ambos os sócios, que desde já são nomeados gerentes, sendo obrigatória a assinatura de ambos para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos e sendo suficiente a assinatura de um deles em documentos de mero expediente.

Parágrafo único — A sociedade será estranha a quaisquer actos ou contratos firmados pelos gerentes em letras de favor, fianças, abonações ou outros semelhantes.

Sétimo — As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com oito dias de antecedência, pelo menos, salvo os casos em que a lei exija outra forma de convocação.

Oitavo — Por morte ou interdição de qualquer sócio, a sociedade continuará com o sócio sobrevivente ou capaz e os herdeiros ou representante legal do falecido ou interdito, devendo aqueles nomear um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

Está conforme ao original.

Espinho e cartório notarial, 9 de Janeiro de 1975.

O Ajudante do Cartório,

José dos Santos SII

## FARMÁCIAS DE SERVIÇO

### 1.º TURNO

Hoje, sábado — FARMÁCIA HIGIENE, rua 19, n.º 393 — Telefone 920092.

Amanhã, domingo — GRANDE FARMÁCIA, rua 62, n.º 457 — Telefone 920092.

Segunda-feira — FARMÁCIA TEIXEIRA, rua 19, n.º 46 — Telefone 920352.

Terça-feira — FARMÁCIA SANTOS, rua 19, n.º 263 — Telefone 920331.

Quarta-feira — FARMÁCIA PAIVA, rua 19, n.º 319 — Telefone 920250.

Quinta-feira — FARMÁCIA HIGIENE, rua 19, n.º 393 — Telefone 920092.

Sexta-feira — GRANDE FARMÁCIA, rua 62, n.º 457 — Telefone 920082.

## CINEMAS

### S. PEDRO

Hoje, sábado, 25 — NENHUM DELES SE CHAMAVA TRINITÁ, com Danny Martin e Fanny Grey — 10 anos.

Amanhã, domingo, 26 — LUZES DA RIBALTA, com Charles Chaplin e Claire Bloom — 10 anos.

Terça-feira, 28 — O CHORAR DOS MORTOS, com Vincent Price e Elisabeth Bergner — 18 anos.

Quinta-feira, 30 — KING-KONG, com Fay Wray e Bruce Cabot — 10 anos.

Sexta-feira, 31 — O VISCONDE DE BRAGELONE, com Georges Marshall e Dawn Adams — 14 anos.

### CASINO

Hoje, sábado, 25 e amanhã, domingo, 26 — FERIDO NA HONRA, com Giancarlo Giannini e Mariangela Melato — 18 anos.

Segunda-feira, 27 — SE D. JUAN FOSSE MULHER, com Brigitte Bardot e Robert Hossein — 18 anos.

Quarta-feira, 29 — OS DOIS HOMENS NA CIDADE, com Alain Delon e Jean Gabin — 18 anos.

Sexta-feira, 31 — NORA (A BONECA DA CASA), com Claire Bloom e Anthony Hopkins — 18 anos.

## Vende-se

Prédio no centro de Espinho

Informa o Sr. Joaquim Marçal

Rua 62 n.º 236 — Telef. 920692

## Vende-se

TALHÃO TERRENO

Zona Industrial

Estrada do Golfe ESPINHO

Falar ao Telefone 921422

## Casa Vende-se

Muito central, c/ rés-do-chão vago  
Informa da parte de manhã:

Rua 15 n.º 452 — Telefone, 920737

ESPINHO

## Centro Fotográfico

Alvaro Nunes de Pinho

Tudo para Fotografia e Cinema

RETRATOS

RELOJOARIA

Rua 8 N.º 645

ESPINHO



# GREVE NA CETAP

# Sobre Sindicalismo

Um dos sectores da Cetap, precisamente a secção dos plásticos, está em greve. Desde as 11,45 horas de segunda-feira, dia 13, cerca de 150 operários pouparam as suas ferramentas e abandonaram as suas tarefas, como último recurso para fazerem o patrão aceitar as suas reivindicações.

Mas o melhor será passarmos a palavra ao senhor Manuel Bica, um dos elementos da comissão operária da firma. E ele que nos explica todo um processo que culminou com a paralização do trabalho por parte dos operários dos plásticos:

«Antes do presente caderno reivindicativo, os operários apresentaram ao patrão uma proposta assinada, pedindo um aumento de salários de 1000\$00 para os homens, 500\$00 para as mulheres e 350\$00 para os menores de 15 anos. Isto em Outubro. O patrão recusou-se a discutir esta proposta.

Fazia reuniões diversas com os operários, mas nunca deu qualquer solução ao problema. Os operários viram-se então obrigados a apresentarem o caderno reivindicativo, que foi apoiado pelo Sindicato dos Químicos do Norte. Entregámos o caderno com o prazo legal de 30 dias para o patrão resolver a situação, no dia 13 de Dezembro, acabando o prazo no dia 13 de Janeiro, data em que entrámos em greve.

Entretanto, dois membros da comissão operária deslocaram-se a Aveiro, onde deram informações ao Ministério do Trabalho do que se estava a passar, e do perigo latente de greve. Ali, os nossos dois representantes declararam que não queriam a greve, mas sim entrar num acordo com a entidade patronal.

No passado dia 13, fizemos uma reunião às 9,30, fora das instalações da fábrica, pois o patrão não autorizou que essa reunião fosse feita no seu interior, por estarem presentes representantes do Sindicato dos Químicos do Norte. Nesse mesmo dia, o patrão convocou, para as 8,00 horas, uma reunião com todo o pessoal da fábrica, na qual declarou, entre outras coisas, que não pagava os dias em que os operários estivessem em greve, tentando talvez intimidar os nossos colegas.

Após isto, na reunião das 9,30 horas, com a presença dos 150 operários dos plásticos, ficou deliberado entrar em greve, tendo-se registado a abstenção de apenas 28 colegas, que posteriormente aderiram à greve.

No dia 15, decorreu uma reunião onde estiveram presentes os onze membros da comissão operária, a administração da firma, dois representantes do Sindicato e dois representantes do Ministério do Trabalho. Começou-se a discutir o caderno reivindicativo, mas como logo no primeiro ponto, as duas partes em litígio não chegaram a acordo, precisamente no que se refere aos aumentos salariais, nada se concluiu a respeito dos outros pontos. A entidade patronal, continuando a alegar impossibilidades financeiras, afirmou que só quando o montante mensal de vendas atingisse os 3.500 contos estaria em condições de alterar os salários.

Do caderno reivindicativo de que constam nove pontos, a comissão operária considera como mais importantes os números 1 e 6; o primeiro refere às reivindicações salariais, mais concretamente à concessão de 6.500\$00 mensais para todos os maiores de 18 anos e 5000\$00 para os menores de 18 anos; o sexto ponto refere-se à proibição de despedimentos sem justa causa, e, mesmo em caso de justa causa, a comissão deverá ser ouvida, assim como o respectivo sindicato. O patrão estaria disposto a aceitar algumas reivindicações apresentadas, nomeadamente o ponto 6, mas não o ponto 1, o que impede qualquer avanço na discussão.

Houve tentativas da nossa parte para iniciar conversações com os outros sectores, com vista a uma possível adesão à nossa greve, tentativas essas que não resultaram.

Depois de termos ouvido esta exposição do senhor Manuel Bica, conversamos com alguns dos operários que formavam o piquete à entrada das instalações da empresa e registámos algumas das suas palavras:

— Nós cinco do sector de carpintaria, assim como três trolhas, também aderimos à greve, porque, além de traba-

lharmos na secção ocupada pelos operários, somos muito mal pagos. Vemos assim uma possibilidade de melhorarmos as nossas condições de vida.

Declarou-nos um outro operário:

— O custo de vida subiu 40 por cento e os ordenados mantiveram-se. Como é possível aguentar uma situação destas? O patrão, em lugar de ganhar 1000, que ganhe só 500 e distribua o restante pelos trabalhadores. E, repare, houve empresas em que a greve foi desencadeada logo após o 25 de Abril. Mas nós aguardámos 8 meses antes de tomar esta atitude, e apenas como último recurso. O patrão podia ter dito, por exemplo, que a empresa não estava muito bem, mas que nos daria mais qualquer coisa, e entretanto se veria. Mas não. Continuamos a encher os bolsos do patrão e, quanto a melhoria dos operários, nada. Até quando pedimos aqueles aumentos em Outubro, o patrão disse de caras que não dava nada.

Um outro trabalhador também quis dar a sua achega:

— Chegámos ao ponto de pedir um aumento de 15\$00 diários, mas a isso o patrão respondeu que a partir de Janeiro, como de costume, faria o ajustamento dos salários. Ora, aumentos de 5, 7 e 10 escudos por dia não servem de nada a um homem que tem de sustentar uma família.

D. E. — Fala-se em quebras de produção na indústria. Quanto à Cetap, como está a situação?

— Dizem que não há serviço — respondeu-nos um operário — que as encomendas são poucas, mas o facto é que se não tivéssemos iniciado a greve logo após a reunião de segunda-feira, e não tivéssemos deixado sair mais nenhuma encomenda, tudo isto (e aponta para uma pilha de mercadorias) teria saído nesse própria dia.

Sobre o mesmo assunto ouvimos ainda:

— Eu, por exemplo, sei os moldes que montei nestes dias, e sei os moldes que estão para montar, e são muitos.

— Havia alturas em que antes das reuniões com o patrão não havia que fazer; vínhamos da reunião e começava a haver serviço. Qual a finalidade de tais procedimentos? Desmoralizar os operários para os enfraquecer?

D. E. — Acha que a empresa suportaria o aumento de salários?

— Acho que sim — respondeu-nos outro dos presentes — Aliás, porque razão há aqui indivíduos a ganhar 15, 20 e 25 contos mensais, e outros, muitos, a ganhar o ordenado mínimo. O que ganhasse 20 passaria a 10, e o que ganhasse 3300\$00 passaria a ganhar 5 contos, o que, mesmo assim, é só metade. Não seria isto uma maneira de melhorar o nível de vida àqueles que estão em piores circunstâncias, sem causar grandes problemas à economia da empresa?

Quando nos preparávamos já para dar por concluído o nosso trabalho, quis ainda o senhor Manuel Bica dizer o seguinte:

— Isto tem corrido bem, a rapaziada está toda unida, temos feito piquetes de dia e de noite em redor da fábrica. Vamos lá ver se na próxima semana o patrão resolve o nosso problema, pois nós não queremos a greve, apenas fomos obrigados a isso.

Todas estas opiniões foram recolhidas no sábado, dia 18, e esperamos que no momento em que estão a ler estas linhas, as duas partes em litígio já tenham chegado a um acordo. De qualquer modo, os depoimentos aqui vão, pois estamos certos de que, mesmo após o conflito estar sanado, algumas das afirmações registadas não terão perdido a sua actualidade.

Estava nos nossos propósitos ouvir, de igual modo, a entidade patronal, o que não conseguimos dado o facto de, dentro do curto prazo de que dispusemos, a mesma se encontrar momentaneamente ausente. No entanto, procuraremos fazê-lo na próxima semana.

Não querendo agora entrar em considerações sobre as reivindicações destes operários, não podemos, entretanto, deixar de manifestar o nosso apoio às justas lutas dos trabalhadores por uma melhoria das suas muito deficientes condições de vida.

A. M. F.  
C. A. R.

Os Sindicatos nos últimos 48 anos sempre foram um meio de divisão dos trabalhadores a par da repressão policial exercida sobre a classe operária, bem como das tradicionais formas de exploração capitalista.

Para melhor entendermos a situação actual da movimentação operária — reivindicações por vezes desajustadas às realidades financeiras e económicas do momento, greves espontâneas, etc. — torna-se necessário fazer uma análise, ainda que ligeira, do que eram e como funcionavam os nossos Sindicatos até ao 25 de Abril de 1974.

As direcções sindicais, na sua grande maioria, estavam sujeitas ao controlo do Estado e eram permeáveis à infiltração da PIDE/DGS. Por outro lado, os trabalhadores não tinham possibilidades de proceder à eleição dos seus delegados sindicais. Estes, por sua vez, comprometiam-se frequentemente com o governo fascista de Salazar-Caetano. Ser delegado sindical poderia implicar o desemprego, a tortura, a prisão. Daí que a prática sindical no nosso país se fosse deteriorando e, paralelamente, se identificando com o poder estatal e ao serviço da classe dominante: a alta e a média burguesia detentoras do capital e dos meios de produção.

A diversidade de sindicatos existentes em Portugal enfraqueceu gradualmente as lutas de libertação da classe trabalhadora. Para exemplificar, basta referir que há empresas — como a Lisnave — onde os trabalhadores estão divididos em mais de 40 sindicatos! Em Espinho, na Corfi, existem pelo menos 5 sindicatos. Como é possível, nestas cir-

cunstâncias, desenvolver-se uma efectiva luta unitária das classes trabalhadoras face à exploração capitalista?

Um caso concreto da influência negativa das actuais estruturas sindicais é a greve que decorre na Cetap. Esta greve, desencadeada pelos operários ligados ao Sindicato dos Químicos poderá, eventualmente dividir os trabalhadores desta empresa. De facto os trabalhadores, cujo ramo de actividade pertence quer aos Metalúrgicos, quer aos Empregados de Escritório ou Motoristas, não apoiaram a decisão tomada pelos Químicos. E porquê? Primeiro, porque os seus Contratos de Trabalho, especialmente o dos Metalúrgicos, já foi revisto e com o acordo da classe. Por outro lado as respectivas direcções sindicais não se manifestaram favoravelmente à greve decretada e apoiada pelo Sindicato dos Químicos. Convirá salientar que o Sindicato dos Químicos, contrariamente ao Sindicato dos Metalúrgicos, não está de acordo com a posição actual da Inter-sindical. Pergunta-se: numa possível greve decretada pelos Sindicatos dos Metalúrgicos, Empregados de Escritório ou Motoristas — na Cetap — qual poderá ser a reacção dos operários do Sindicato dos Químicos?

Claro que este exemplo concreto e local serve para ilustrar os graves problemas com que a classe trabalhadora se debate enquanto não forem alteradas as estruturas sindicais fascistas.

Só na liberdade se poderá desenvolver progressivamente a luta dos trabalhadores visando a destruição do capitalismo e instaurar uma sociedade sem classes.

JOSE PINTO

Fábrica  
de  
Artigos  
de  
Celuloide e  
Plásticos

LUSO-CELULOIDE

de

HENRIQUES & IRMÃO, L.<sup>DA</sup>



APARTADO 22

TELEFONE 922193



ESPINHO



# VIDA REGIONAL

PARAMOS

## Habitação

Na semana anterior, dei notícia da reunião elevada a efeito no lugar da Pinha, para a tentativa de colaboração governamental na resolução do grave problema da habitação.

Referi também que algumas construções clandestinas se iam fazendo, porque esse era o recurso dos verdadeiros necessitados, a quem não têm sido concedidas licenças para construções legais, havendo casos em que pessoas pobres gastaram na planta, sem resultado, cerca de meia dezena de contos. Por lapso de impressão, que exijo seja corrigido pela redacção da Defesa, a palavra dezena saiu transformada em centena, o que pode causar transtornos.

Não pretendia (nem nunca pretendi) denunciar tais construções clandestinas para que fossem aplicadas multas aos seus construtores, que por necessidade se sacrificam para melhorar as suas miseráveis condições de habitação.

Não pretendia sequer acusar a secção da ou a Câmara com o intuito de considerar menos legal essa actuação, mas unicamente demonstrar quanto se torna necessário encarar rapidamente o assunto, vencendo barreiras certamente legais mas cuja resolução está fora do alcance de alguns que estão dispostos a trabalhar no sentido de resolverem o seu problema de habitação, que é também problema da freguesia, do concelho e até deste Portugal que necessita renovação.

Não foi por acaso, nem só por lembrança minha ou do Movimento em que milito, que me dispuz a contactar directamente os habitantes dos lugares da Praia e do Agueiro (Pinha), mas sim e também porque o apelo de colaboração que me pareceu dever interpretar das palavras de um actual responsável da nossa Câmara, quer no seu gabinete de extenuante TRABALHO, como na presença do Comando do G.A.C.A. 3, unidade também disposta a colaborar, aconselhavam a fazê-lo sem perda de tempo.

Nessas reuniões com o Povo tive a oportunidade de confirmar a gravidade da situação e, longe de censurar as construções clandestinas indispensáveis, sempre aconselhei as populações a pedirem autorizações para as fazerem legalmente, pois confiava e faria força para que as autorizações fossem concedidas, ou que aos interessados fossem convenientemente explicadas as razões do impedimento, o qual a verificar-se deveria indicar uma alternativa aceitável.

Foi nessa linha de ideias que a Comissão de Paramos de um Movimento Político, no caso sem outro objectivo senão o de colaborar para a resolução de mais um problema, enviou em 17/12/74 à Câmara Municipal de Espinho e Junta de Freguesia de Paramos, com conhecimento ao G.A.C.A. 3, um comunicado sobre o assunto, no qual se chamava a atenção para providências que se considerava necessário serem tomadas pelas autoridades, para poderem ser permitidas construções legais.

Não estranho muito que a reacção aplique todos os esforços para conseguir revoltar contra nós o Povo que pretendemos auxiliar, mas admira-nos que certos indivíduos, que se dizem democratas esclareçam mal as pessoas, que acabam por se amedrontar contra o nosso auxílio e até se revoltam, em vez de pretenderem um esforço conjunto para a resolução dos problemas, sem a qual não é possível o bem-estar colectivo e a consolidação da democracia conquistada com o 25 de Abril. Tais processos só serem a reacção, pois as lutas partidárias não deviam ser feitas com armas que sirvam para tirar o estímulo a quem efectivamente procura trabalhar, onde toda a união e colaboração honesta não seriam demais.

Mas infelizmente, são essas jogadas sujas que estão a acontecer em Paramos, agravadas agora com o facto da G.N.R. ter aplicado na semana anterior algumas multas aos habitantes da Pinha, devido a construções clandestinas.

Também não estou contra os agentes que limitam a cumprir leis, mas no que não concordo é que a «ajuda prática» que até ao momento se esteja a dar, seja através de multas, em vez de ser através de plantas e licenças gratuitas, após campanhas de esclarecimento conveniente para que os pobres que estão prontos a construir o façam nos lugares mais apropriados.

Porque essas miseráveis multas, a maioria a 80\$50, nada resolvem antes pelo contrário revoltam as pessoas que se pretendiam preparar para a conjugação de esforços no sentido do interesse comum, aqui manifesto a minha convicção de que este grave problema merece ser encarado pelos responsáveis por forma a atingirmos rapidamente soluções concretas, até onde as possibilidades o permitam.

Na secção de obras da Câmara de Espinho, onde fui chamado para justificar a notícia da semana anterior, fui esclarecido das razões porque construções em determinados sítios não têm sido autorizadas. Fiquei então a saber que as ruas ultimamente abertas em Paramos, inauguradas e percorridas oficialmente pelo Governador Civil e Autarquias Locais de então, no meio de foguetório e discursos bonitos, tem sido ali consideradas como um melhoramento não destinado a beneficiar o Povo em geral mas sim os proprietários dos terrenos, que em vez de beneméritos são os maiores beneficiados (Xavieres em ponto pequenino).

Em certa parte também concordo com aquela opinião, pois por coincidência da ocasião se confirma pelo facto de uma das ruas então abertas estar a ser tapada por um vergonhoso muro, porque o proprietário não conseguiu que o seu terreno fosse considerado apto para loteamento urbanizável, o que iria aumentar o seu valor.

Não tenho quaisquer dúvidas que estas coisas têm certas implicações que interessa considerar com senso e serenidade, mas, do que também não duvido é de que já não é nada cedo para que os prós e os contras sejam ponderados, por forma a que rapidamente se saia desta situação de impasse, que a ninguém beneficia.

Tenho a impressão de que uma boa política para que não sejam só beneficiados os proprietários, que na maioria utilizam processos astutos mas legais para aumentar (algumas vezes escandalosamente) o valor dos seus terrenos, é conseguir destravar as causas do impedimento de construções, pois isso talvez resultasse para que nesta freguesia não continuasse a existir terrenos uns a quatro ou cinco escudos o metro quadrado e outros a cem, duzentos ou mais, igualmente servidos por bons acessos e com condições para construção.

Em Paramos, tanto ou mais que noutras localidades, existem bastantes terrenos que podem servir para construções, simplesmente a sua cotação estará condicionada pela relação oferta/procura, e assim, como poucos merecem a aprovação para urbanização, aí teremos a razão do alto preço de alguns e do péssimo desenvolvimento de construções legais, com o inevitável reflexo em construções clandestinas, característica impar em relação aos vizinhos concelhos da Vila da Feira e de Ovar.

18-1-1975

Domingos Monteiro

## CARTÓRIO NOTARIAL DE ESPINHO

A cargo da notária Licenciada Maria Fernanda de Vasconcelos de Aguiar da Fonseca e Castro.

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 15 de Janeiro de 1975, lavrada neste cartório e exarada de folhas 96 verso a 97 verso do livro de notas para escrituras diversas A-Número 39, foi celebrada uma escritura de «habilitação de herdeiros» por óbito de ZULMIRA DE SA COUTO, que também usava e era conhecida por ZULMIRA DE SA COUTO GADIM, viúva, residente nesta cidade de Espinho, na Rua Dezoito, número 333, que foi natural da freguesia de Anta, deste concelho, falecida no dia 30 de Novembro do ano findo.

Mais certifico que, na operada escritura, foram declaradas únicas herdeiras da dita falecida suas sobrinhas MARIA

ANETE DE SA COUTO AZEVEDO, casada em comunhão geral de bens com Serafim Oliveira de Azevedo, residente em Oliveirinha, freguesia e concelho de Ovar, e ESMENIA LEMOS DE SA COUTO MACEDO, casada em comunhão geral de bens com António Rodrigues Macedo, residente na Praceta Dr. José Lourenço de Carvalho, número 10, segundo, da cidade de Almada, ambas naturais de Fall-River, Massachuseth, Estados Unidos da América.

Está conforme ao original.

Espinho e cartório notarial, 20 de Janeiro de 1975.

O Ajudante do Cartório  
José dos Santos Sil

# Urbanismo em Espinho

## Gabinetes, Planos & Projectos

Uma análise do problema do Urbanismo no concelho de Espinho que com a devida profundidade se possa vir a fazer neste jornal, não impedirá desde já que aqui se aborde questões concretas, que embora tratadas superficialmente, poderão eventualmente servir de via de reflexão para um estudo mais amplo e detalhado.

Um assunto que terá a certa altura suscitado alguma discussão e controvérsia num certo sector da população de Espinho foi com certeza a apresentação e aprovação subsequente dum projecto de actual concessão da zona de jogo, onde se processariam totais alterações à fisionomia da zona do centro da cidade. A realização prática desse projecto provocará certamente transformações no ambiente onde uma parte importante da população espinhense passa regularmente os seus tempos livres e que terá, portanto, de se adaptar melhor ou pior a esta alteração. Tanto quanto sabemos, não houve qualquer consulta à população interessada nesse problema. Poder-se-ia perguntar até que ponto um projecto de gabinete irá ou não ao encontro das reais aspirações das pessoas. Se esta interrogação é legítima, torna-se eminente o perigo destas se adaptarem à arquitectura urbana em vez da última se adaptar às pessoas.

E as dúvidas quanto à oportunidade do projecto ganham maior vulto se pensarmos que as enormes despesas que acarreta (centenas de milhares de contos) poderiam ser aplicadas na resolução de carências cuja prioridade nos parece indiscutível.

Para além do que se disse atrás, convém frisar que o problema não interessará a toda a população de Espinho, por mais grandiosos e turisticamente atraentes que sejam os novos edifícios.

Se o afirmamos é porque julgamos que certas zonas de grande densidade populacional estão como que marginalizadas da vida cultural e social da cidade. Esta é uma situação de facto e poderemos citar como exemplos o Bairro Piscatório, a Mata, a Marinha de Silvalde e eventualmente o Rio Largo. Para este isolamento haverá razões históricas, mas não só. Poderemos salientar a nítida «despreocupação» das pessoas que a seu devido tempo teriam nas suas mãos a resolução ou amenização deste problema e que dele se terão «esquecido». Para o constatar veja-se o plano de Urbanização em vigor desde 1972 que

nem ao de leve apresenta soluções, quer a médio ou a longo prazo.

Para além desta situação de isolamento cultural e social e das flagrantes deficiências de alojamento, acresce o difícil acesso a bens de primeira necessidade. Repare-se por exemplo no número de farmácias e mercados que «proliferam» nessas zonas. Se alguma solução para este problema é apresentada no projecto de urbanização, esta escapa aos olhos do comum cidadão.

Uma outra questão de grande interesse e que o referido projecto não resolve satisfatoriamente é a escassez de zonas verdes. Esta deficiência é tanto mais grave quanto se reconhece às zonas verdes um contributo fundamental para o combate à poluição pelo peso que tem no equilíbrio do ambiente além de se poderem tornar em espaços reservados a tempos de lazer e, em especial, às crianças, grandes vítimas das urbanizações sujeitas a interesses puramente comerciais.

Nesse plano preconiza-se a criação duma zona arborizada, que envolveria o famigerado desvio da linha de caminho de ferro. Ora as últimas previsões julgam possível a sua construção para meados do século XXII...

O que temos actualmente é apenas um parque de área muito restrita e pouco convidativo. Para este último facto, contribuirá a circunstância do parque ser fechado e não intervir, portanto, como ponto de passagem como conviria.

Quanto à função que pretende ter como parque infantil, repare-se que as crianças nem sequer podem pisar a relva. Este problema agudiza-se para as citadas zonas suburbanas.

Por estas e por outras, atrevemo-nos a formular as seguintes perguntas:

Não será de revogar o projecto de urbanização e estudar uma planificação que sirva realmente os interesses da população de Espinho?

Até que ponto estará actualizado um projecto que demorou vários anos a ser concebido e aprovado?

Estas interrogações não pretendem ter o carácter de conclusões, mas sim levantar alguns problemas e situações que poderão ser uma mola de arranque para uma discussão mais pormenorizada. O que aliás se insere num dos propósitos da orientação deste jornal: a intervenção do Povo de Espinho na sua feitura.

V. S. e F. N.

## Programa Nacional de Vacinação

### Vacinação antipoliomielítica

1 — A poliomielite ou paralisia infantil é uma doença grave, não só pelas mortes que causa como também pelas suas graves sequelas, nomeadamente paralisias dos membros que marcam para toda a vida muitos dos sobreviventes.

Não existe ainda qualquer terapêutica específica contra aquela terrível doença.

2 — O êxito da vacinação contra a poliomielite é um dos mais notáveis da história da medicina — a sua administração correcta e continuada fez com que praticamente desaparecesse a paralisia infantil em muitos países. Porém, a doença está longe de se poder considerar controlada sob o ponto de vista mundial — parece que aumentou até a sua incidência em países da África, Ásia e América Latina. Nesta época, em que o turismo aumenta constantemente, é fácil a penetração do vírus da paralisia infantil em regiões de onde ela praticamente desapareceu graças à vacinação, a partir de portadores são ou de indivíduos portadores de formas sub-clínicas ou inaparentes da doença, muito mais frequentes que as formas parálíticas. Conhecedoras deste facto, as autoridades sanitárias de todos os países onde se vacina contra a pólio, mesmo daqueles onde ela praticamente desapareceu, lembram constantemente a todos os pais que devem vacinar os seus filhos.

3 — Antes daquela vacinação em massa o n.º de casos de poliomielite parálítica notificados entre nós, de 1960 a 1965, oscilavam entre 218 a 386, variando o número de mortes entre 21 a 48. Em 1966, após vacinação em massa, somente se registaram 13 casos e 4 mortes. Desde esse ano a situação de quase erradicação tem-se mantido, com oscilações pouco significativas, o que nos coloca até numa posição interessante face ao conjunto dos países europeus, onde nem em todos se conseguiram resultados tão satisfatórios.

Podemos afirmar, sem quaisquer dúvidas, que a vacinação antipoliomielítica poupou desde 1966 mais de duas centenas de vidas e evitou que, pelo menos duas mil crianças, ficassem com deficiências físicas graves, que as marcariam para toda a sua vida.

4 — Os Serviços centrais e periféricos da Direcção-Geral de Saúde tem notado ultimamente que o número de crianças devidamente vacinadas contra a pólio tende a diminuir. Este facto reveste-se de uma certa gravidade porque aumentando o número de indivíduos susceptíveis à pólio, pode surgir um surto epidémico de paralisia infantil, com as suas temíveis consequências. Num país europeu, onde a vacinação contra a pólio, levada a cabo desde os primeiros anos da década de 1960, quase que conduziu ao desaparecimento da paralisia infantil, verificou-se em 1903 uma epidemia com 493 casos de pólio parálítica, precisamente porque os pais descuraram a vacinação dos seus filhos. Em 1972 registou-se um surto epidémico no distrito do Funchal, com 68 casos e algumas mortes, pela mesma razão.

5 — Assim, a Direcção-Geral de Saúde lembra a todos os pais a necessidade absoluta de vacinarem os seus filhos contra a pólio e a responsabilidade moral que lhes será imputada se não cumprirem o seu dever de zelarem pela saúde dos seus filhos, neste caso evitando uma doença de consequências muito graves.

A vacina que é administrada por via oral, não provoca qualquer reacção pós-vacinal e está à disposição de toda a população nos postos de vacinação existentes em todos os concelhos do País, sendo inteiramente gratuita a sua aplicação.

VACINE SEM DEMORA OS SEUS FILHOS CONTRA A POLIOMIELITE



Segurança para o seu dinheiro,  
tranquilidade para si!

# UM NOVO SERVIÇO BPA

cofres  
nocturnos  
e diurnos

Nas 24 horas do dia e nos 7 dias da semana  
estamos abertos para receber os seus depósitos.

Agora com um sistema inédito em Portugal.

## BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO

oferece-lhe a tranquilidade  
de saber que fica em segurança o produto de um dia de trabalho.

# LUSITÂNIA 26/74

(Conclusão da pág. 8)

Curar de saber razões para fenómeno tal é função que à banca não incumbe. A esta cumpre, tão só, registá-lo. Portanto, meus senhores, ao acusar-se a banca de proceder a discriminação creditícia obtemperar-se-á que ela não usa de dúplice critério. As classes referidas é que se lhe não dirigem a requerer o crédito. Entendido?

E vejamos as coisas através da lupa da fria objectividade para apreendermos, em total integridade, as coordenadas e os parâmetros do fenómeno. Punhamos de parte partis-pris (passe o galicismo) quezilentos (tão ao gosto do espírito nacional), abramos as nossas mentalidades, convidemos a isenção. A atitude que nos dignificará. Perguntemos: «Para que diabo (perdoem vossas excelências o plebeísmo) quererão aqueles extractos inferiores da sociedade o crédito bancário? Porventura as suas necessidades, modestas e restritas «ab ovo», serão de forma a impetrá-lo? Todos os espíritos medianamente esclarecidos sabem que não. Portanto, para que solicitar uma coisa que, de si, se não faz mister?»

Possam as razões, agora despreziosamente aduzidas, quebrantar o mito da impenetrabilidade da banca às solicitações das classes não possidentes. Nem tais solicitações nem tal impenetrabilidade existem de facto. Aquelas classes, porventura desvalidas, torna-se infinitamente mais cómodo e seguro sacar a descoberto sobre a Caridade que é ainda — e possa ela continuar a sê-lo por secula seculorum — o maior banco do mundo. Praza ao Altíssimo que as reservas deste banco, depositadas nos cofres dos corações bem formados, se exauram jamais.

Deste lugar que é o nosso, desde já lançamos a semente — e obre ela no terreno ubérrimo da compreensão e da inteligência que é o de todos vossas excelências — de uma campanha de esclarecimento público que se pretende seja levada a cabo em escala nacional e por forma imediata...»

O dedo de Ruy, hirto e solene, cortava o ar em cadência dogmática como que a fazer vincar todo o peso dos argumentos. Ele estava satisfeito consigo próprio. Acabava de definir doutrina imorredoura.

Aparentemente, lera para Mercês que, sentada numa bergère com uma revista entreaberta sobre os joelhos, por acaso o estivera a ouvir não sabia bem porquê. Em voz chata e solene como uma partida de bingo num clube inglês, Ruy ensaiava a exposição que, dias depois, iria proferir no salão nobre do Banco perante uma coorte de accionistas de cara dura que gostavam de saber o que era feito do seu rico dinheiro. Ruy ouve já os aplausos que hão-de coroar a leitura do seu trabalho, o qual,

mais tarde, será impresso em letras douradas no relatório anual do Banco de Crédito Geral. E todos vão concordar que se trata de uma brilhante lição promanada das fulguranças de um espírito cintilante...

Ele está metido no seu pijama de seda natural e tem os pés nus sobre o chão do boudoir Régence.

Para Mercês todo aquele palavreado, ouvido vagamente, parecia estar certo, mas, como fazem muitas mulheres, resolveu dizer o contrário:

«E se essa gatinha se agarra ao que o Ruy diz aí e desata a pedir dinheiro a torto e a direito?»

Ele julgou que ela lhe tinha caído no jogo e sorriu então, enigmático como um chinês de barbicha descaída. Também tinha a chave desse problema mas não a ia revelar ainda.

Ela insistiu: «Como é que faz? Eles podem pedir...»

Ruy respondeu: «A Mercês acha que essa gente lê os relatórios dos bancos?»

«E se ler?»

«Não lê, garanto-lhe.»

«Mas se ler?»

Ele viu que chegou a altura de fazer a revelação. Mercês estava em ponto de rebuçado e ia, com certeza, sentir-se orgulhosa por Deus lhe ter dado um marido tão sagaz.

«Então recomenda-se que os empréstimos sejam caucionados. Como essa gente não tem com que mandar cantar um cego...»

Ruy ficou desapontado por ver que ela não se rendera afogada em admiração. Pelo contrário, dissera com inocência falsificada:

«Mas isso é mal feito, Ruy. É uma espécie de vigarice, não é?»

Ele estava de orelha murcha mas não o dera a entender. Ainda tinha um trunfo e apressou-se a jogá-lo: «Isto é política, percebe? Fica bem dar a entender que o crédito é extensível a toda a gente sem o ser. Só se o procurassem é que mandaríamos a machadada. É um cartucho demasiado bom para ser disparado logo na primeira bordoadada. Todos começariam a falar. Entendeu, Mercês?»

«Sim, mas, de qualquer modo, parece-me que o Ruy está a fazer um bocado de batota...»

Encolhendo os ombros ele guardara o precioso manuscrito na pasta de pele de crocodilo e fora para a casa de banho. Sentado na bacia de porcelana e fazendo força, pensou ingenuamente, que aquelas subtilidades bancárias, cujo sentido oculto não explicaria ao seu melhor amigo, se o tivesse, eram demasiado complexas para serem abarcadas por um cérebro simples de mulher.

E. C.

## Exposição sobre a vida na U. R. S. S.

(Continuação da 8.ª pág.)

fia, que mostra a preocupação que existe entre o povo soviético em relação à sua segurança e bem-estar, é a de um grandioso estádio de futebol com capacidade para 250 000 pessoas e o pormenor importante, é que o acesso a este estádio faz-se por centenas de entradas e por entre as bancadas existem mais de 50 saídas, o que permite a evacuação do recinto em menos de 5 minutos. Além disso, é proibido a circulação de veículos nas imediações do estádio, existindo diversos parques de estacionamento em seu redor e a distâncias convenientes. Tudo isto mostra o espírito e organização disciplinar que preside àquele povo.

Além destes pormenores pode-se assistir nesta exposição a múltiplos aspectos gerais da vida soviética, como a vida nos campos, as diversões para os operários em férias, a grandiosidade das centrais eléctricas e atómicas, a beleza das paisagens que provam ser este país ideal para a prática do turismo...

D. E. — Chegamos a este ponto gostaríamos de ter pôr outra questão: existe entre as pessoas a arraigada convicção de que é impossível ou pelo menos difícil entrar na URSS...

L. P. — É evidente que como o nosso país vivia debaixo dum regime fascista, que era de sobremaneira ingrato ao povo soviético que existiam dificuldades, a maior parte delas provocadas pelo antigo governo; no entanto agora as facilidades são grandes e a melhor prova é a de que a Associação vai promover uma série de excursões em que poderão participar todos os associados, a primeira das quais se efectuará em meados deste ano.

D. E. — Além das referidas por ti e das já efectuadas quais serão as próximas realizações da Associação Portugal-URSS?

L. P. — Além da projecção periódica de filmes, aliadas a sessões de esclarecimento a nível de freguesia, concelho e mesmo distrito pois o nosso núcleo está a funcionar a nível distrital, teremos em breve um programa periódico na T. V. de meia hora. A Liga e as associações Portugal-URSS, Portugal-RDA e Portugal-Cuba, comemorarão além do próximo dia 18 de Fevereiro, dia mundial consagrado à derrota do fascismo e do nazismo com festas grandiosas também o centenário de grandes personagens, como por exemplo Chostakovsky, com a vinda duma grande orquestra soviética ao nosso país.

SNACK BAR S. PEDRO

RESIDENCIAL PORTO

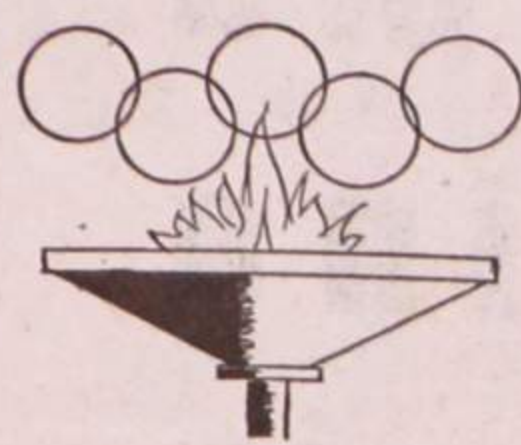
Aberto toda a noite com cozinha permanente

1.ª Classe

Telefones 920294 - 920391 - Ângulos das Ruas 8 e 25

ESPINHO





# desporto



## Onde está a Comissão Desportiva Municipal?

Espinho é o maior centro desportivo do distrito de Aveiro, considerando números de praticantes e ecletismo?

Pois é!

Espinho devia estar, em todas as modalidades desportivas, única e exclusivamente, sob a tutela portuense?

Pois devia!

Espinho, dentro das coordenadas que existiam, trabalhou razoavelmente bem na promoção, desenvolvimento, dinamização e aproveitamento desportivo?

Pois trabalhou!

Espinho está longe de ter, apesar do existente, as modalidades de um complexo desportivo capaz de suprir as suas actuais e futuras necessidades?

Pois está!

Espinho, potencialmente, tem uma população que, bem dinamizada, bem industrializada, aderirá ainda mais no desporto e caminhará abertamente para o desejado desporto de massas?

Pois tem!

Espinho precisa de estudar os seus problemas desportivos, a nível cidadão e do concelho, de molde a equacioná-los, apresentando um ante-projecto do futuro desejado, a fim de ser patente no próximo Encontro Nacional de Desporto — E. N. D.?

Pois precisa!

Espinho necessita de apresentar neste evento a questão da sua vivência desportiva no distrito do Porto, já que no de Aveiro está condenada a sua sobrevivência?

Pois necessita!

Estamos a um escasso mês do E. N. D. O., acontecimento que, segundo se espera e, oxalá (embora, pessoalmente, por aquilo que nos é dado ler e ouvir, nas palavras dos responsáveis, já haja à partida ideia torcidas) irá repensar toda a estrutura desportiva portuguesa, marcando-lhe novas directrizes, porém, em Espinho não surgiu ainda uma Comissão Concelhia, avalizada pela Câmara Municipal, para se encarregar desse importante trabalho, depois de debater o assunto democraticamente em plenário público.

Estamos a um mês e isso esqueceu ou, então, contrariamente ao aconselhado, estará a ser tratado nos bastidores, sem a abertura desejada e indispensável.

Estamos a um mês e o tempo já não é muito, se, na verdade, como pensamos, interessa tratar destes assuntos com o cuidado, importância, verdade, lógica, coerência, realidade, amplitude e tantos outros aspectos.

O tempo das estatísticas para impressionar já passou agora de futuro, queremos factos, realidades, progresso, adesão, participação, para se dizer que há desporto, um desporto novo, há desportistas verdadeiros em toda a acepção, há estruturas e orgânica, estruturas e orgânicas garante do futuro sempre em evolução.

Onde está a Comissão Desportiva Municipal do Concelho de Espinho, órgão que até devia ser permanente e responsável pelas linhas mestras do desporto local?

CARLOS SARRIA

## FUTEBOL

### NACIONAL DA 1.ª DIVISÃO

S. C. Espinho, 2 — Atlético C. P., 3

#### ERROS MEUS, MÁ FORTUNA?

Campo da Avenida, bem composto de público, piso lamacento, tempo de sol e ameno, com o árbitro Manuel Vicente (Vila Real), ajudado por Joaquim Fonseca (bancada) e Carlos Teles (peão), a dirigir o encontro, e as equipas formando:

**SP. DE ESPINHO:** Aníbal; Bernardo da Velha, Washington, Valdemar e Ribeirinho (Bené, 45 m.); Ferreira da Costa, Símplicio (cap.) e Júlio (Telé, 60 m.); Augusto, Gaúcho e Malagueta.

**Suplentes:** (ainda): Arménio, João Carlos e Acácio.

**ATLÉTICO:** Gaspar; José Eduardo, Caló, Candeias (cap.) e Franque; Jailson, Belchior e Vasques (Luís Horta, 69 m.); Nogueira, Guerreiro e Arcanjo (Seidi 86 m.).

**Cartões amarelos:** JÚLIO, 14 m. (mão intencional); JOSÉ EDUARDO, 65 m. (entrada viril); CALÓ («paleio» com o árbitro).

**GOLOS:** 0-1 (51 m.) jogada envolvente de ataque e bem tecido, com remate de NOGUEIRA a passe de Guerreiro; 0-2 (59 m.), Símplicio desentende-se com Aníbal e VASQUES aproveita o brinde de baliza aberta; 0-3 (68 m.), a defensiva local é apanhada pelo contra-ataque, com dois para três e Nogueira faz a jogada, cedendo a GUERREIRO o golo; 1-3 (79 m.), bom lance de Telé, atrás da linha, sobra para BENÉ, remate, embatendo em Franque e traíndo Gaspar; 2-3 (84 m.), centro rasteiro de F. da Costa, defensiva batida e GAÚCHO só empurra.

1 — Somos abertamente contra as «chicotadas psicológicas». Concordamos que os treinadores, vivendo dia a dia com os seus jogadores, são quem melhor sabe as «linhas com que cosem». Todavia, também achamos que os treinadores são passíveis de cometerem erros.

2 — Azar, infelicidade, malapata, pouca sorte, e palavras sinónimas, pegam quando pegam. Não podem servir, sempre, para defender os inéxitos. Para os justificar. Há outras razões. Razões que levam, como agora, a perguntar-se: onde está verdadeiramente o mal?

3 — Visto o jogo cá de fora, no domingo, o mal básico esteve na modificação táctica operada. Símplicio, um defensor rotinado, surgiu a meio-campo. Para reforçar a defesa? Não. Com o intuito de dar força ao sector medular. Força?

Mas, além de força, são precisos «pés e habitação» para aquela difícil função. Símplicio, brioso «capitão», mostrou-se inadaptado e desfasado. Não podia cumprir.

4 — Não cumpriu. A interligação sectorial da equipa nunca existiu. Os locais atacaram, porém a manobra colectiva não tinha princípio, meio e fim. Nunca seguraram o jogo. Exerçeram supremacia. Pouco real, muito aparente e infrutífera. Como donos da casa, competia-lhes ir para a frente. O Atlético, programado para bem defender e contra-atacar melhor, fez-lhe o convite. E depois explorou. Muito bem e perigosamente. Ganhando ascendente aos poucos.

5 — A um Espinho, pouco esclarecido, inconsequente, sem profundidade, objectividade, faltando calma e a manobra colectiva (vital no futebol), correspondeu um Atlético, de ligação bem estudada, certinha na movimentação, tranquilo, lúcido, de explanação futebolística bem urdida e superior para aguentar as arremetidas despejadas (bastante quantidade, pouca qualidade) dos «tigres» e contra-atacando sempre, que foi muito e com todo o propósito.

6 — O Atlético adiantou-se no marcador. Com naturalidade chegou aos 3-0, ainda que com um brinde da defesa local. Pelo menos. Perdido por dez... O Espinho modificou o xadrez (Símplicio já tinha vindo para o seu posto) reforçou o ataque, por Washington «115» a comandar a reacção, e sem atingir mesmo um bom nível, ainda conseguiu o 2-3.

7 — Com a táctica inicial zero-zero no primeiro tempo e depois zero-três. Com a outra três-dois. Será de perguntar porque só se arrisca tudo quando a derrota está consumada ou quase? «Chicotadas psicológicas»? Não! Rectificação de processos? Ah, isso sim!

8 — Washington (em grande); Aníbal (sem culpas), Bernardo, Ferreira da Costa e Telé (que entrou a pedido do público?) os mais certos; os alcantarenses valeram pelo conjunto, porém Candeias, Jailson, Vasques, Nogueira e Guerreiro sobressaíram.

Arbitragem sem motivos para reparos. Reparos sim para o público, assobiando, abandonando (em parte) quando do 0-3 e assobiando, puxando apenas pela equipa aos 2-3. Ganhar, empatar e perder é desporto e nos momentos difíceis será indispensável o apoio, não?

CARLOS SARRIA

LEIA E ASSINE "A DEFESA"

## SECRETÁRIA/O

Para homem de negócios estrangeiro, de nacionalidade Portuguesa ou Estrangeira, com conhecimentos de Inglês falado e escrito, sabendo dactilografia e expediente geral de escritório.

**LOCAL DE TRABALHO:** Entre Espinho e Porto.

Enviar curriculum e fotografia em carta à Administração n.º 72

serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de 8 dias, sempre que a lei não determine outros prazos e formalidades de convocação.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Castelo de Paiva, 13 de Janeiro de 1975.

O Ajudante do Cartório  
Leonel Gomes Fialho

## Festival desportivo

Hoje à tarde, no seu Pavilhão, a Académica de Espinho realiza um festival desportivo. O programa inclui ginástica desportiva, ginástica moderna, hóquei em patins, voleibol e outras actividades atléticas.

## CARTÓRIO NOTARIAL DE CASTELO DE PAIVA

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de 10 de Janeiro de 1975, lavrada a fls. 35 do livro A-56 do Cartório Notarial de Castelo de Paiva, foi constituída entre Albano da Costa Vendeiro e Conceição Rodrigues Teixeira, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que ficou a ser regulada pelo pacto constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação «FAPIL — FABRICA DE PINCELARIA, LIMITADA», vai ter a sua sede e estabelecimento na rua 16, n.º 54, da cidade de Espinho, podendo a sede social vir a ser transferida para outro local por simples deliberação da assembleia geral;

2.º

A sociedade durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir de 10 de Janeiro de 1975;

3.º

O objecto da sociedade consiste no fabrico e venda dos diversos tipos de escovas, vassouras, trinchas, pincéis, rolos para pintura, cabos para ferramentais, molas para roupa, cabides e produtos similares, podendo vir ainda a explorar outro ramo de actividade, permitido por lei e deliberado em assembleia geral;

4.º

O capital social é de 1 000 000\$00 e corresponde à soma de duas quotas iguais, do valor de 500 000\$00 cada uma, pertencendo uma ao sócio Albano da Costa Vendeiro e a outra à sócia Conceição Lopes Rodrigues Teixeira;

Ambas as quotas se encontram realizadas em dinheiro apenas quanto a 50 %, devendo os restantes 50 % ser realizados até 30 de Junho de 1975, também em dinheiro;

5.º

É livremente permitida a cessão total ou parcial de quotas entre os sócios.

Porém, a favor de estranhos, a cessão fica dependente do prévio consentimento da sociedade, à qual é reconhecido o direito de preferência em primeiro lugar e aos restantes sócios em segundo lugar.

6.º

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, ficam a cargo de ambos os sócios, que desde já são nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral;

§ 1.º — Para que a sociedade fique validamente obrigada em todos os actos e documentos que envolvam responsabilidade, é necessária a intervenção conjunta dos dois gerentes, bastando, no entanto, a assinatura de um deles para os actos de mero expediente;

§ 2.º — Fica expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em fianças, abonações, avals, cauções, letras de favor e outros actos ou documentos alheios aos negócios e interesses sociais;

§ 3.º — Os gerentes poderão delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência e representação social noutro sócio ou sócios, mediante o competente instrumento de procuração em forma legal; e igual delegação poderá mesmo ser feita em pessoa estranha à sociedade, obtido, neste caso, o consentimento prévio da sociedade, excepto sendo a delegação feita no senhor Joaquim da Costa Teixeira, marido da sócia Conceição Lopes Rodrigues Teixeira, para o que desde já fica dispensada essa autorização;

7.º

Por morte, interdição ou inabilitação de qualquer dos sócios, a sociedade continuará com os herdeiros do falecido ou o representante do interdito ou inabilitado, devendo aqueles nomear um, de entre si, que a todos represente na sociedade, enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa;

8.º

As reuniões das assembleias gerais



# LUSITÂNIA 26/74

Cinema



## A PROPÓSITO DE C. CHAPLIN

De como o banqueiro, licenciado Dom Ruy Segismundo de Vasconcelos e de Sequeira Cabral estuda o discurso que vai proferir ante a assembleia geral do seu banco e onde sua Esposa, D. Maria das Mercês Von Mecklenburg de Noronha e Vasconcelos de Sequeira Cabral decide amofiná-lo.

O Banco de Crédito Geral não era um banco de crédito geral. Quer dizer, ao contrário do que pode presumir-se, que o crédito não era ali indiscriminadamente distribuído. Antes se tratava de uma instituição onde o crédito era concedido de forma muito particular. Chamava-se de Crédito Geral pela mesma simples razão de que há homens baixos chamados Torres e louros cujo apelido é Moreno. E talvez isso não fosse só coincidência, pois, para além de exibir a atractiva razão social com que girava na praça, o Banco de Crédito Geral generalizava, realmente, o crédito. Só que o fazia com uma pequena ressalva que era precisamente a dos empréstimos serem concedidos a quem tinha fundos para reembolsá-los, e, sem dúvida, nesta medida se podia reclamar de ser um banco de crédito geral. Geral, portanto, para essa categoria de pessoas e Ruy e o seu conselho de administração criam ter boas razões para pensar que não vinha mal ao mundo por isso. Pensavam, também, que não valeria a pena alterar a razão social respectiva para, por exemplo, Banco de Crédito Geral para Pessoas Ricas. Isto, cogitariam eles caso a premonição lhes acudisse, seria pura redundância porquanto o comum dos mortais não desconhece que por um fenómeno de selecção natural (assim lhe chamariam) as classes não possidentes não necessitam de aceder ao crédito da mesma forma em que, conquanto do reino vegetal a maioria das espécies de cactos não necessita de ser regada.

Ruy lia para Mercês:

«...Uma noção errada e de periculosidade mais que evidente — dir-se-ia subversiva — é a de que a banca só financia aquelas pessoas singulares ou colectivas

detentoras de capital ou de bens nele convertíveis. E estoura, meus senhores, que pretende que a banca foi criada só para remunerar os capitais nela investidos — sempre corajosamente, digo-o num parêntese — como justíssimo é, aliás, não lhe sendo cometidas, ou próprias, funções de cariz diverso. E aquela outra ainda que expende a ideia de que quem não a reembolsa a bem a reembolsará a mal. A banca não faz destas coisas invenções suas. É a Lei que lhas determina e ela nada mais faz, no ser e no estar, que se conformar com o espírito e com a letra da Lei, do mesmo passo em que possui uma ética e uma deontologia que lhe são próprias e que ela se reclama de honrar.

Como já aqui deixamos consignado, a custo se lobrigaria heresia em que as cousas houvessem curso de tal guisa. Todavia, o ser assim, muita e pernicioso confusão tem gerado nos espíritos menos esclarecidos (que muitos são, donde a generalização de uma ideia viciada sobre os valores perseguidos pela banca e sobre a sua eminente função social. Função essa que, hoje em dia, poucos são aqueles que ousam denegar). Tais ideias viciadas (e inverdades subjacentes), carreadas por denegridores profissionais, porém, vultuosos prejuízos têm causado à banca ferindo-a na sua carne, que o mesmo é dizer o cerne de a Nação, e, o que mais danoso é, nos princípios morais que lhe estão na base e a enformam. Refiro-me particularmente, às razões determinativas da alegada «discriminação» na distribuição do crédito.

A resposta correcta para esta questão — repare-se que não digo problema porque de um problema efectivamente se não trata — é a seguinte: a banca não nega o crédito aos pobrezinhos de pedir nem, tão pouco, às classes tidas por economicamente débeis. Repare-se agora: são estas classes que lho não solicitam. Afinal, esta é a única verdade que nos surge, portanto, esplêndida na singeleza da sua nudez!

(Conclui na pág. 6)

Toda e qualquer pessoa que veja um filme, terá forçosamente uma ideia acerca do mesmo. É tendo isto em atenção que este espaço reservado ao cinema deveria ser ocupado por todas as pessoas que depois de terem visto um filme formulassem uma opinião (e de certeza que a formulam sempre) sobre o mesmo.

Apelos destes já se fizeram às dezenas, com os resultados por nós conhecidos.

Posto isto cá espero, solitariamente e sempre que possível ou as ocasiões o proporcionarem, ir alinhando umas ideias sobre cinema, que tanta gente vê (ainda que não a quantidade ideal) e tão pouca discute (as razões disto nem sempre se dizem, mas de certeza que a culpa não está fundamentalmente nos espectadores):

Hoje damos a palavra a Umberto Bárbaro (Cadernos de Cinema n.º 3), que sobre Chaplin e em particular sobre o seu filme *Luzes da Ribalta* — que se exhibe amanhã no teatro S. Pedro — escreveu há vinte anos: «Optimismo e solidariedade humana existem na consciênciã de Chaplin, mas não no mundo de Charlot. No mundo do mecanismo capitalista não há lugar para esses sentimentos, e se eles aparecem surgem apenas prematuramente condenados à derrota. Não há lugar para a justiça, nem

para a felicidade, na sociedade de classes.

O realismo de Chaplin é, e assim se mantém dos primeiros filmes cómicos até «Luzes da Ribalta», realismo crítico. Ele vale pela totalidade da sua condenação de todo um mundo, pela evidência nunca desmentida com que lhe apresenta a intolerabilidade, pelo choque profundíssimo que o espectador sente, pela necessidade, que dele deriva, de fazer qualquer coisa, mesmo que a Chaplin pareça que nada há a fazer.

(...) apesar do seu anarquismo desesperado, os filmes de Charlot são saudados como grandes obras de arte por aqueles que querem um mundo melhor e mais feliz. E isso é perfeitamente justo, porque todos os filmes de Chaplin, através de uma crítica impiedosa do mundo capitalista, exprimem a exigência de um mundo novo.

E outra coisa não se pode pedir à obra de Charlot; a não ser, precisamente, o optimismo que, por reacção, nasce da representação que a a sua obra nos oferece do egoísmo da sociedade capitalista. De uma sociedade que ergue monumentos à prosperidade mas que não se preocupa que, à sombra dessas estúpidas e mentirosas estátuas, durma o esfaimado Charlot.»

A. C.

## Exposição sobre a vida na U. R. S. S.

Encontra-se aberta na Piscina de Espinho a exposição sobre a vida da União Soviética, realização levada a cabo pela Associação de Amizade Portugal-URSS. A DEFESA DE ESPINHO procurou informar-se sobre a finalidade desta associação e para o efeito procuramos o presidente do núcleo de Espinho desta associação, Leonel Pias.

D. E. — O que é a Associação Portugal-URSS e quais os seus objectivos?

L. P. — A Associação Portugal-URSS nasceu da Liga para a Amizade e Intercâmbio Cultural e Científico com os povos socialistas e tem como finalidade dar a conhecer ao povo português e ao povo russo, visto que é uma associação bilateral, aspectos da vida destes dois povos e ao mesmo tempo incrementar a sua amizade que durante 50 anos esteve comprometida pelo governo fascista. Efectivamente o regime deposedo, além de proibir todo e qualquer contacto com os povos socialistas e muito especialmente com a União Soviética, tentou dar-nos uma visão errônea do que era a vida neste país. É esta visão este preconceito em relação aos russos que pretendemos desfazer.

Por que meios? Pois nós temos em vista o estabelecimento de intercâmbio turístico, desportivo, etc., com a URSS através da organização de excursões, vinda de grupos turísticos e agrupamentos folclóricos e vice-versa. A exposição que levamos a cabo integra-se dentro destas actividades.

D. E. — Em relação à exposição desejávamos pôr uma questão. Algumas pessoas afirmam que as fotografias expostas só mostram os aspectos que «interessam», isto é, não estão expostos aspectos, porventura piores, da sociedade soviética.

L. P. — Em relação a isso tenho apenas a responder que numa exposição fotográfica costumam apresentar-se apenas trabalhos com um certo valor artístico; no entanto e apesar disso, acho que se encontram retratados todos os aspectos fundamentais da sociedade soviética e mais vejamos: a exposição encontra-se dividida nas seguintes secções, Arte, Desporto, Indústria, Ciência e Técnica, Paisagens, Saúde Pública, Ensino, Vida Política além de mais de 50 quadros sobre aspectos diversos. A nossa intenção é apenas mostrar até que ponto a vida na URSS é diferente e mais elaborada do que nos outros países. Por exemplo, encontra-se exposto um quadro de Saúde Pública que mostra um hospital montado numa mina do sal, ora poucas pessoas sabem que é o método mais eficiente de tratamento de doenças asmáticas e alergias, porquanto o sal impede que as poeiras prejudiciais a essas doenças pairam no ar. Outro caso é o da fotografia que mostra a grandiosa universidade de Moscovo; ora só esta cidade soviética possui, além desta, mais 82 universidades, assim como a foto sobre o ginásio número 849 prova que pelo menos existem 849 ginásios em Moscovo. Uma outra fotogra-

(Conclui na pág. 6)

GENTIL GOMES DA COSTA

PROPRIEDADES  
COMPRA • VENDA

Rua Fernandes Tomás, 664  
Telefs. 380834 · 311991 · 381032  
PORTO



Conselho de Turismo

ESPINHO

SEMANÁRIO  
AVENÇADO